

Não excluir esta página

Requerimento de Licença Prévia –LP
EIA – Central de Tratamento de Resíduos e Aterros de Resíduos Perigosos e Não Perigosos

junho de 2009



4 - Compatibilidade com a Legislação Pertinente

Preencher os campos abaixo

Coordenador:

Consultor:

Revisão Ortográfica por:

Data:

Formatado por:

Data:

Última Gravação por:

Data:

Obs: Impressão Frente

4

COMPATIBILIDADE COM A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

ÍNDICE

Pág.

4 Compatibilidade com a Legislação Pertinente	4.1
4.1 Introdução	4.1
4.2 Esfera Federal	4.4
4.2.1 Prospecção Arqueológica	4.8
4.2.2 Compensação Ambiental	4.10
4.3 Esfera Estadual	4.13
4.3.1 Demais Normas Estaduais	4.15
4.4 Esfera Municipal	4.17
4.4.1 Plano Diretor do Município	4.18
4.5 Unidades de Conservação na Área de Influência do Empreendimento	4.22

Anexos

Anexo 4.1 –Certidão de Zoneamento

4 COMPATIBILIDADE COM A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

4.1 INTRODUÇÃO

Reúne-se, neste capítulo, um arcabouço legal estruturado a ser utilizado em consonância com o que ora está sendo apresentado.

Basicamente, esta análise procurou avaliar e harmonizar toda uma estrutura legal baseada no presente estudo, sendo possível definir procedimentos legais específicos a serem avaliados e cumpridos pelo empreendedor em questão.

Iniciaremos com a avaliação da legislação que regulamenta o licenciamento e os tipos de licenças ambientais necessárias, posteriormente elencaremos a legislação ambiental aplicada ao tipo de atividade ora analisado que servirá como elemento orientador, a fim de corrigir eventuais equívocos, assim como identificar as medidas de gestão ambiental que deverão ser realizadas em conformidade com a jurisprudência citada. Finalmente comentaremos sobre a Lei de Compensação Ambiental aplicável nos casos de impactos não mitigáveis, fundamentada na internalização dos custos ambientais, segundo o princípio do poluidor –pagador.

Sendo assim a Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6.938, editada em 31 de agosto de 1981, sob a vigência da Constituição Federal de 1969 e recepcionada pela Constituição de 1988, em consonância com o disposto no artigo 23, incisos VI e VII, e artigo 225, simboliza um marco no sistema legal de proteção ambiental pátrio, ao estabelecer de forma sistêmica: princípios, objetivos, sistemas, e instrumentos para a proteção ambiental.

Alterada pelas Leis nº 7.804/89, nº 8.028/90, nº 9.966/00, nº 9.985/00 e nº 10.165/00, a Lei nº 6.938/81 estabelece no seu artigo 2, os princípios que deverão ser seguidos na formulação de normas destinadas a gestão dos recursos naturais. As normas editadas pelos entes públicos competentes deverão primar por ações governamentais para a manutenção do equilíbrio ecológico, o planejamento e a fiscalização do uso dos recursos ambientais, e ainda a proteção dos ecossistemas, por meio da preservação de áreas representativas.

Ainda no que tange a estruturação e efetividade da Política Nacional de Meio Ambiente, a Lei que a instituiu define no artigo 6 a estrutura do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), cuja formação engloba as pessoas jurídicas de direito público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, sendo sua composição e atribuições definidas da seguinte forma:

- **Órgão Superior:** o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.
- **Órgão Consultivo e Deliberativo:** o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões, compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.
- **Órgão Central:** o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- **Órgão Executor:** o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.

- **Órgãos Seccionais:** os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.
- **Órgãos Locais:** os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.

A partir da descrição da composição orgânica do SISNAMA e da definição das finalidades de cada um de seus componentes, destacamos a atuação do órgão consultivo e deliberativo, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, que conforme previsto no artigo 7 do Decreto nº 99.274/90 (revogado pelo Decreto nº 1.205/94 e posteriormente alterado pelo Decreto nº 3.942/01), possui competência para, dentre outras atividades, expedir normas que objetivam a regulamentação de atividades diretamente voltadas para a fruição e conservação do patrimônio ambiental, em concordância com o previsto pelo artigo 8 da Lei nº 6.938/81.

Dada a natureza da intervenção, o licenciamento originário é daqueles nos quais o órgão ambiental requer que o empreendedor submeta o Projeto ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental, com vistas a obter uma informação completa sobre as repercussões, positivas e negativas, do empreendimento no ambiente e, sobretudo, analisar as medidas

mitigadoras que, necessariamente, deverão ser adotadas para que o projeto possa ser implementado.

Em consonância com a atribuição de competência conferida, o CONAMA, em 23 de janeiro de 1986 editou a Resolução nº 001/ 86, que estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental e em seu artigo 2, incisos numerados de I a XVI, exemplifica as atividades que dependerão de tal avaliação para seu licenciamento.

A relação de atividades definidas pelos incisos acima mencionados é meramente enumerativa, devendo-se considerar como atividades sujeitas à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), no âmbito do seu Processo de Licenciamento Ambiental, àquelas cujos efeitos possam ser considerados como impactos ao meio ambiente, na forma do artigo 1º e incisos da mesma Resolução.

As fases de licenciamento previstas e os respectivos limites de validade são:

- **Licença Prévia (LP)** - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos a serem atendidos nas fases de instalação e

operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo. O prazo de validade não poderá ser superior a 5 (cinco) anos.

- **Licença de Instalação (LI)** - autoriza o início da implantação do empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado. O prazo de validade não poderá ser superior a 6 (seis) anos.
- **Licença de Operação (LO)** – autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação. O prazo mínimo de validade será de 4 (quatro) anos e o máximo de 10 (dez) anos.

Recentemente no Estado do Rio de Janeiro, através do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, foi aprovada a Resolução CONEMA nº 02, de 7 de outubro de 2008, que regulamenta a DZ -077 - Diretriz para Encerramento de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Degradoras do meio Ambiente, a fim de estabelecer procedimentos, definir responsabilidades e instituir o Termo de Encerramento (TE) de atividades consideradas potencialmente poluidoras ou degradadoras do ambiente, de forma a evitar o abandono de instalações, equipamentos,

substâncias e produtos perigosos e a minimizar os riscos ao ambiente e à saúde da população, como parte integrante do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras - SLAP.

Durante o processo de análise para a emissão da licença ambiental pretendida, de empreendimentos cujos impactos sejam considerados pelo INEA – Instituto Estadual do Ambiente como significativos, ou que estejam definidos pela legislação vigente como sujeitas à elaboração de EIA/RIMA, poderá ser exigida a realização, na forma prevista pela Deliberação CECA nº 2.555/91, que define os procedimentos para realização de Audiência Pública, na qual serão apresentados os aspectos técnicos e socioeconômico-ambientais do empreendimento.

Após a conclusão de cada etapa do processo de licenciamento ambiental, o INEA emitirá pareceres à CECA, descrevendo o empreendimento, seus impactos e respectivas medidas mitigadoras, além de considerar as manifestações ocorridas durante o processo de discussão do projeto com as comunidades e Instituições envolvidas. A decisão pelo deferimento ou indeferimento do pedido de licenciamento ambiental caberá à CECA.

Após este breve esclarecimento dos procedimentos do licenciamento faremos uma síntese da Referência Legal nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

4.2 ESFERA FEDERAL

Constituição Federal de 1988, art. 225

Estabelece:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum ao povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Constituição Federal de 1988, art. 225, inciso IV

Exige, para a instalação de obra potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, Estudo Prévio de Impacto Ambiental.

Lei nº 2.312/54

Dispõe sobre as normas gerais de defesa e proteção à saúde.

Lei nº 5.318/67

Dispõe sobre a Política Nacional de Saneamento e trata do controle da poluição ambiental, inclusive lixo.

Lei nº 9.605/98

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008

Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Decreto nº 99.274/90

Regulamenta a Lei 6.938, de 1981, em seus processos de licenciamento.

Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007

Regulamenta a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.

Decreto nº 6.271, de 22 de novembro de 2007

Promulga a Convenção nº 167 e a Recomendação nº 175 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Segurança e Saúde na Construção, adotadas em Genebra, em 20 de junho de 1988, pela 75ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Lei nº 11.445, de janeiro de 2007

Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978, e dá outras providências.

Portaria Interministerial M. Cidades/MMA nº 695, de 20 de dezembro de 2006.

Cria o Projeto Mecanismos de Desenvolvimento Limpo aplicado à redução de Emissões de Gases em Unidades de Disposição Final de Resíduos Sólidos – Projeto MDL Resíduos Sólidos Urbanos, sua estrutura organizacional, e dá outras providências.

Resolução ANVISA/RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004

Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

Resolução ANVISA –RDC nº 68, de 10 de outubro de 2007

Dispõe sobre o Controle e Fiscalização Sanitária do Translado de Restos Mortais Humanos.

Resolução CONAMA nº 001/86

Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente e vincula o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente à elaboração de EIA/RIMA.

Resolução CONAMA nº 006/86

Aprova os modelos de publicação de pedidos de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão, e aprova os modelos para a publicação de licenças.

Resolução CONAMA nº 009/87

Regulamenta, em nível federal, a realização de audiência pública nos projetos submetidos a Avaliação de Impacto Ambiental.

Resolução CONAMA nº 001/88

Estabelece critérios e procedimentos básicos para a implantação do Cadastro Técnico Federal e Instrumentos de Defesa Ambiental.

Resolução CONAMA nº 005/88

Sujeito ao licenciamento às obras de saneamento para as quais seja possível identificar modificações ambientais significativas, sendo critérios e padrões do órgão ambiental estadual competente.

Resolução CONAMA nº 006/88

Dispõe sobre o controle da geração de resíduos – Inventário.

Resolução CONAMA nº 003/90

Dispõe sobre a qualidade do ar e define seus padrões.

Resolução CONAMA nº 002/91

Dispõe sobre adoção de ações corretivas, de tratamento e de disposição final de cargas deterioradas contaminadas, ou fora das especificações ou abandonadas.

Resolução CONAMA nº 006/91

Dispõe sobre o controle do licenciamento de atividades geradoras de resíduos.

Resolução CONAMA nº 008/91

Proíbe a entrada no País de resíduos destinados à disposição final e incineração.

Resolução CONAMA nº 005/93

Estabelece normas relativas aos resíduos sólidos oriundos de estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos.

Resolução CONAMA nº 037/94

Dispõe sobre a classificação e procedimentos de importação de resíduos perigosos.

Resolução CONAMA nº 023/96

Dispõe sobre as definições para as conhecidas classes de resíduos, proíbe a importação de resíduos perigosos (Classe I), em todo o território nacional sob qualquer forma e para qualquer fim, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 237/97

Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental.

Resolução CONAMA nº 257/97

Delibera sobre a destinação final ambientalmente adequada de pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos.

Resolução CONAMA nº 275/2001

Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores.

Resolução CONAMA nº 303/2002

Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

Resolução CONAMA nº 316/2002

Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos.

Resolução CONAMA nº 313/2002

Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.

Resolução CONAMA nº 307/2002

Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais.

Resolução CONAMA nº 396/2008

Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 404/2008

Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos, criando procedimentos de licenciamento ambiental de aterros sanitários de pequeno porte para que sejam realizados de forma simplificada de acordo com os critérios e diretrizes definidos nesta Resolução.

4.2.1 Prospecção Arqueológica

Como já dito anteriormente, o artigo 23 da Carta Magna regula as hipóteses de competência comum entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Igualmente já foi dito que a competência comum é doutrinariamente designada de competência administrativa, que seria uma das formas de expressão do exercício do Poder de Polícia pelos entes federativos.

Assim que, corroborando os desígnios legais firmados pelo inciso III, do artigo 23 da Carta Magna, a União editou em 26 de julho de 1961 a Lei nº 3.924, cujas normas objetivam estabelecer conceitos sobre os diferentes tipos de depósitos de artefatos e elementos de interesse arqueológico, além de definir critérios e procedimentos genéricos que deverão ser observados para a prospecção e detenção de descobertas relevantes sob a ótica arqueológica e pré-histórica.

Segundo o que prescreve a Lei nº 3.924/ 61, as pesquisas arqueológicas serão realizadas mediante permissão ou autorização, atualmente emitidas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, através da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, que será outorgada a pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas.

O procedimento específico para a outorga dos atos administrativos acima referidos encontra-se detalhadamente descrito na Portaria IPHAN nº 07, de 1 de dezembro de 1988.

Além dos instrumentos normativos abordados, outro, cujas normas interessam especificamente ao empreendimento em licenciamento, é a Portaria IPHAN nº 230, datada de 17 de dezembro de 2002. De acordo com esta Portaria, cada uma das etapas do processo de licenciamento ambiental será acompanhada de atividades arqueológicas específicas, as quais irão gerar diferentes documentos técnicos que apresentarão desde o diagnóstico contendo a contextualização arqueológica da área a ser impactada, até o efetivo resgate de material arqueológico.

De acordo com a Portaria em questão, o processo de prospecção arqueológica a ser iniciado juntamente com a fase de obtenção da LP do empreendimento deverá gerar, em uma primeira etapa, um diagnóstico contendo a caracterização e avaliação da situação atual do patrimônio arqueológico da área de estudo, propondo, caso a região apresente indícios da existência de sítios arqueológicos, o Programa de Prospecção. Para consubstanciar este diagnóstico serão realizados, nas regiões onde houver, levantamentos exaustivos de dados secundários, bem como levantamentos arqueológicos de campo.

Todavia, caso o empreendimento a ser instalado situe-se em local de pouco ou nenhum conhecimento sobre o aspecto arqueológico, o diagnóstico deverá ser aprofundado mediante a realização de levantamentos de campo da área de influência direta do empreendimento, contemplando os principais compartimentos ambientais a serem impactados e ainda, levantamentos de subsuperfície. Nestes casos, desde a fase inicial, a atividade arqueológica deverá observar os procedimentos destinados a obtenção da Permissão para pesquisa que se encontram definidos pela Portaria IPHAN nº 07/88.

Na etapa seguinte do processo de licenciamento ambiental, deverá ser implantado o Programa de Prospecção apresentado na fase de diagnóstico. O objetivo desta atividade é estimar a quantidade de sítios arqueológicos existentes nas áreas a serem afetadas direta ou indiretamente pelo empreendimento e a extensão, profundidade, diversidade cultural e grau de preservação nos depósitos arqueológico. Como produto desta etapa, poderá ser gerado, caso haja evidências precisas de significância científica dos sítios arqueológicos a serem impactados, um Programa de Regaste Arqueológico, que deverá ser implementado na fase de implantação do empreendimento.

Na etapa de implantação do empreendimento será, quando for o caso, implementado o Programa de Regaste Arqueológico, acima mencionado, cujo objetivo é realizar os trabalhos de salvamento arqueológico nos

sítios selecionados na fase anterior, por meio de escavações exaustivas, registrar detalhadamente cada sítio e seu entorno, e ainda coletar exemplares estatisticamente significativos da cultura material contida em cada sítio arqueológico.

Deve-se ressaltar que durante todo o processo descrito na Portaria nº 230/02 e especialmente na etapa de regate arqueológico, deverão ser observadas as determinações contidas inclusive na Portaria nº 07/88 quanto a responsabilidade civil objetiva do empreendedor em salvaguardar o material arqueológico prospectado, que deverá ser corretamente acondicionado e depositado ou destinado a instituição museológica credenciada no IPHAN.

4.2.2 Compensação Ambiental

A Compensação Ambiental, regida pela Lei nº 9.985/00, é definida nos casos de empreendimentos que causem impactos não mitigáveis, fundamentada na internalização dos custos ambientais, segundo o princípio do poluidor-pagador¹.

Deverá ser calculada com base na Resolução CONAMA nº 371/06, que estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança,

aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC e dá outras providências.

Para isso o Estado do Rio de Janeiro, através da DELIBERAÇÃO CECA/ CN nº 4.888, de 2 de outubro de 2007, estabelece procedimentos para gradação de impacto ambiental para fins de compensação ambiental, de que trata a Lei nº 9.985, de 18/07/2000.

O percentual a ser aplicado sobre os custos totais previstos para implantação de empreendimentos de significativo impacto ambiental, para fins de compensação ambiental (Lei nº 9.985/2000), será obtido pelo produto do Grau de Impacto, do Percentual Máximo para Compensação Ambiental e do Fator de Vulnerabilidade do Bioma Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, conforme definição nos termos do art. 2º da Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006), de acordo com a fórmula a seguir:

$$CA = CA_{max} \times GI \times FV_{MA}$$

onde:

CA = Percentual de Compensação Ambiental

GI = Grau de Impacto

FV_{MA} = Fator de Vulnerabilidade da Mata Atlântica

¹ Aspectos Jurídicos da Compensação Ambiental –Édis Milaré

A mencionada Deliberação lista exemplificativa de impactos negativos não mitigáveis aos recursos ambientais para fins de enquadramento de empreendimentos na aplicação desta deliberação normativa.

- Impactos sobre Unidades de Conservação que resultem em comprometimento de ecossistemas ou perda de biodiversidade.
- Transformação de ambiente lótico em lântico com consequências negativas sobre a biota aquática e ecossistemas associados.
- Desvio ou retificação de corpos d'água, ou drenagem de áreas úmidas, com consequências negativas sobre a biota aquática e ecossistemas associados.
- Supressão de vegetação nativa, que acarrete, dentre outros:
 - ▶ Fragmentação de habitats
 - ▶ Perda de conectividade
 - ▶ Redução da riqueza de espécies da fauna e flora
- Comprometimento ou destruição do patrimônio espeleológico.
- Saturação de bacia aérea.
- Comprometimento irreversível de aquífero ou de águas superficiais.

Para gradação da magnitude do impacto deve-se utilizar a seguinte fórmula:

$$GI = \frac{(IM \times IB \times IT)}{67.5} + \frac{(IM \times ICB \times IT)}{67.5} + IUC$$

onde:

GI - Grau de Impacto que varia de 0,03 a 1

MAGNITUDE (**IM**) - Índice indicador que varia de 1 a 3, avaliando a relevância dos Impactos significativos, negativos e não mitigáveis em relação ao comprometimento dos recursos ambientais.

BIODIVERSIDADE (**IB**) - Índice indicador que varia de 1 a 3, avaliando a incidência de impactos significativos, negativos e não mitigáveis sobre a biodiversidade.

COMPROMETIMENTO DE BIOMA (**ICB**) - Índice indicador que varia de 1 a 3, avaliando o comprometimento sobre a regeneração ou recuperação do bioma impactado pela implantação do empreendimento.

TEMPORALIDADE (**IT**) - Índice indicador que varia de 1 a 3, avaliando a persistência de impactos significativos, negativos e não mitigáveis sobre os recursos ambientais.

IIINFLUÊNCIA SOBRE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (IUC) - Índice indicador que varia de 0 a 0,2, avaliando a ocorrência de impactos significativos, negativos e não mitigáveis sobre Unidades de Conservação.

IMAGNITUDE (IM)

Valor	Atributo
1	Pequena magnitude do impacto ambiental significativo, negativo e não mitigável em relação ao comprometimento dos recursos ambientais
2	Média magnitude do impacto ambiental significativo, negativo e não mitigável em relação ao comprometimento dos recursos ambientais
3	Alta magnitude do impacto ambiental, significativo, negativo e não mitigável em relação ao comprometimento dos recursos ambientais

IBIODIVERSIDADE (IB)

Valor	Atributo
1	Inexistência de impactos sobre a biodiversidade.
2	Incidência de impactos sobre a biodiversidade
3	Incidência de impacto em áreas de ocorrência, sobre o trânsito ou reprodução de espécies consideradas endêmicas ou ameaçadas de extinção.

ICOMPROMETIMENTO DE BIOMA (ICB)

Valor	Atributo
1	Inexistência de impactos que afetem o bioma existente
2	Existência de impactos que afetem a regeneração do bioma existente
3	Existência de impactos que comprometam a regeneração e recuperação do bioma Existente

ITEMPORALIDADE (IT)

Valor	Atributo
1	Impactos com duração inferior a um ano.
2	Impactos com duração superior a um ano e inferior a cinco anos
3	Impactos com duração superior a cinco anos

IIINFLUÊNCIA SOBRE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (IUC)

Valor	Atributo
0	Inexistência de impactos sobre Unidades de Conservação ou Zonas de Amortecimento de Unidades de Conservação.
0,1	Incidência de impactos sobre a Zona de Amortecimento de Unidades de Conservação
0,2	Incidência de impactos sobre Unidades de Conservação

No caso de ocorrer mais de um impacto significativo, negativo e não mitigável, será considerado para cada atributo o impacto que implicar em maior severidade para o atributo considerado. Neste caso deve se considerar ainda a possibilidade de efeito sinérgico dos impactos significativos apurados.

A aplicação de cada indicador não se dá de forma cumulativa, aplicando-se sempre a situação de maior severidade para o cálculo de cada termo componente do GI. Isto é, para o cálculo de,

$$\frac{(IM \times IB \times IT)}{67.5} + \frac{(IM \times ICB \times IT)}{67.5}$$

Devemos considerar o impacto ou fator sinérgico que resulte em maior valor.

4.3 ESFERA ESTADUAL

Lei nº 4.191, de 30 de Setembro de 2003

Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e estabelece, princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Rio de Janeiro, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais.

Lei nº 4.517, de 17 de Janeiro de 2005

Permite que Municípios do Estado do Rio de Janeiro, que apresentem uma população inferior a 200 mil habitantes, tendo uma base o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE mais recente, podem vir a ser submetidos ao Regime de Licenciamento Simplificado, à critério do INEA, com a apresentação de Relatório Ambiental Simplificado –RAS para implantação de Aterros Sanitários.

Deliberação CECA/CN nº 4.848, de 12 de Julho de 2007

Aprova a NA-063.R-0 - Procedimentos para Requerimento de Licenças Ambientais, sendo definidos os procedimentos que devem ser adotados pelos responsáveis por empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental, para requerimento a FEEMA das licenças ambientais previstas no Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras - SLAP.

Decreto nº 40.793, de 5 de Junho de 2007

Disciplina o procedimento de descentralização da fiscalização e do licenciamento ambiental mediante a celebração de convênios com Municípios do Estado do Rio de Janeiro que possuam órgão/ entidade

ambiental competente devidamente estruturado e equipado e dá outras providências.

Em seu Art. 2º, define que Compete ao Estado o licenciamento dos empreendimentos:

I - localizados ou desenvolvidos em mais de 1 (um) município;

II - localizados em Unidades de Conservação do Estado, exceto nas Áreas de Proteção Ambiental quando situados em Zonas de Ocupação Controlada, de acordo com o respectivo plano diretor;

III - que sejam potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente e necessitem de EIA/RIMA, incluindo aqueles listados na Lei Estadual nº 1.356/88

Já no Art. 3º o Estado poderá, mediante a celebração de convênios próprios, transferir ao Município as atividades referentes ao procedimento de licenciamento ambiental e a respectiva fiscalização dos empreendimentos e atividades cujos impactos ambientais locais diretos.

§ 1º São atividades com impacto ambiental direto aquelas capazes de ensejar comprometimento aos meios físicos e biológicos no Município, desde que não ultrapassem seus limites territoriais e sejam classificadas como pequeno potencial poluidor, salvo os empreendimentos e atividades sujeitos à elaboração de EIA/RIMA previstos na Lei Estadual nº 1.356, de 03 de outubro de 1988, além daquelas constantes do Anexo deste Decreto.

Este mesmo Decreto define no § 2º desse mesmo artigo que o Estado poderá delegar competência ao Município para autorizar a supressão de vegetação na Área de Preservação Permanente, na forma prevista no art. 4º e seus §§ da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal, e na Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006, que dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, de interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP.

Em 16 de janeiro de 2008, o município de Macaé celebrou o Convênio entre a Secretaria de Estado do Ambiente e a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA (atualmente INEA), assumindo o licenciamento de atividades de impacto local que não estejam sujeitas à elaboração de EIA/RIMA.

Quanto à Supressão da Vegetação, conforme já mencionado acima, em razão da natureza e localização do empreendimento, faz-se necessário abordar os aspectos protecionistas e regulamentadores preconizados na legislação florestal, seja editada pela União, seja editada pelo Estado do Rio de Janeiro. Segundo a descrição das análises de alternativas locacionais previstas para a implantação do empreendimento ora em licenciamento, embora se possa observar alguns fragmentos da Mata Atlântica, inclusive um “olho-de-água” (APP) num dos canais naturais de drenagem, não existem segmentos florestais a serem impactados devido a maior parte da área de intervenção ser coberta por vegetação caracterizada como pastagem.

Conforme prevê a Lei nº 4.771/65, que instituiu o Código Florestal, as áreas de preservação permanente, integradas pelas faixas marginais, que consistem faixas de vegetação localizadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, deverão observar uma largura mínima que variará em função da largura do corpo hídrico. Além das faixas marginais, são também consideradas APP's pelo Código Florestal, as vegetações existentes nos topos de morros, nas nascentes, e outras, enumeradas pelas alíneas “a” a “h”, dos artigos segundo e terceiro.

Segundo as normas vigentes do Código Florestal, a supressão ou alteração da vegetação nas APP's dependerá de autorização que será outorgada pelo órgão ambiental competente, segundo a análise das

informações técnicas prestadas em processo administrativo específico. A viabilidade da realização de tais intervenções dependerá primordialmente do caráter de utilidade pública, do qual deverão estar revestidas as intervenções que se pretende realizar.

4.3.1 Demais Normas Estaduais

DZ-1310.R-7 - Sistema de Manifesto de Resíduos

Aprovada pela Deliberação CECA nº 4.497, de 3 de setembro de 2004.

Estabelecer a metodologia do SISTEMA DE MANIFESTO DE RESÍDUOS, de forma a subsidiar o controle dos resíduos gerados no Estado do Rio de Janeiro, desde sua origem até a destinação final, evitando seu encaminhamento para locais não licenciados, como parte integrante do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras.

DZ.1311.R-4 - Diretriz de Destinação de Resíduos

Aprovada pela Deliberação CECA nº 3.327, de 29 de novembro de 1994

Estabelece diretrizes para o licenciamento da destinação de resíduos sólidos, semi-sólidos e líquidos, não passíveis de tratamento

convencional, provenientes de quaisquer fontes poluidoras, como parte integrante do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras - SLAP.

DZ-1314.R-0 - Diretriz para Licenciamento de Processos de Destruição Térmica de Resíduos

Aprovada pela Deliberação CECA nº 2.968, de 14 de setembro de 1993

Estabelece diretrizes para o licenciamento de processos de destruição térmica de resíduos, como parte integrante do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras - SLAP.

IT-1302.R-1 - Instrução Técnica para Requerimento de Licenças para Aterros Sanitários

Aprovada pela Deliberação CECA nº 3.326, de 29 de novembro de 1994

Define a documentação que deverá ser apresentada à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA, por ocasião dos Requerimentos de Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO para a disposição em aterros sanitários de

resíduos sólidos urbanos como parte integrante do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras - SLAP.

IT-1315.R-0 - Instrução Técnica para Requerimento de Licenças para Unidades de Destruição Térmica de Resíduos

Aprovada pela Deliberação CECA nº 2.972, de 14 de setembro de 1993.

Define a documentação que deverá ser apresentada à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA, por ocasião dos requerimentos para Licença Prévia (LP), de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), para Unidades de Destruição Térmica de Resíduos, como parte integrante do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras - SLAP.

IT-1318.R-2 - Instrução Técnica para Requerimento de Licenças para Unidades de Reciclagem e Compostagem

Aprovada pela Deliberação CECA nº 4.225, de 21 de novembro de 2002.

Define a documentação que deverá ser apresentada à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA, para requerimento da Licença Prévia - LP, da Licença de Instalação - LI e da Licença de

Operação - LO para unidades de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos urbanos, como parte integrante do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras - SLAP.

MF-1308.R-2 - Método de Lixiviação de Resíduos Industriais em Meio Aquoso - Teste de Laboratório

Aprovada pela Deliberação CECA n. 654, de 16 de maio de 1985

Estabelece a metodologia de lixiviação de resíduos industriais em meio aquoso, a ser adotada como instrumento auxiliar na análise de sua periculosidade e de seu comportamento quando dispostos em aterros e submetidos à ação de um percolado com característica neutra (pH neutro), como parte integrante do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras.

MF-1309.R-2 - Método de Lixiviação de Resíduos Industriais em Meio Ácido - Teste de Laboratório

Aprovado pela Deliberação CECA n. 653, de 16 de maio de 1985

Estabelece a metodologia de lixiviação de resíduos industriais em meio ácido, a ser adotada como instrumento auxiliar na análise de sua periculosidade e de seu comportamento quando dispostos em aterros e submetidos à ação de um percolado com característica ácida (pH

ácido), como parte integrante do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras.

4.4 ESFERA MUNICIPAL

O processo de licenciamento ambiental constitui um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente e deverá ser utilizado sempre que se pretender implantar atividades efetiva ou potencialmente poluidoras nos limites do território nacional.

Por esta razão, e considerando o que dispõe o artigo 225, e ainda a repartição de competência entre os entes federativos, sobre tudo a competência comum, definida pelo artigo 23, incisos VI e VII, faz-se necessária a análise dos principais instrumentos legais de proteção ambiental do Município.

O município preocupado com as questões ambientais editou a Lei Complementar nº 027/ 2001, que Dispõe sobre o CÓDIGO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. Este Código, fundamentado no interesse local, regula a ação do Poder Público Municipal e sua relação com os cidadãos e instituições públicas e privadas, na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida humana e da biodiversidade.

Define o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SMMA, como sendo o conjunto de órgãos e entidades públicas e privadas integrados para a preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação, controle do meio ambiente e uso adequado dos recursos ambientais do Município, consoante o disposto neste Código.

No Art. 7º, ficam estabelecidos os integrantes do Sistema Municipal de Meio Ambiente:

I - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, órgão de coordenação, controle e execução da política ambiental;

II - Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADS, órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo e normativo da política ambiental;

III - A sociedade organizada, através das instituições que tenham a questão ambiental entre seus objetivos;

IV - Secretarias, empresas, fundações e autarquias afins do Município, definidas em ato do Poder Executivo.

4.4.1 Plano Diretor do Município

A compatibilidade do projeto com o espaço territorial é consubstanciada no Macrozoneamento definido pela Lei Complementar Nº 076 de 2006, que institui o Plano Diretor do Município de Macaé, cuja missão constitucional é dotar o município com instrumentos de gestão capazes de enfrentar suas demandas, controlar e orientar os usos dos espaços, proporcionando nova ordem à expansão da cidade e ao desenvolvimento urbano e rural.

Um dos objetivos das políticas públicas para o Desenvolvimento Econômico da região é contribuir com ações governamentais para a consolidação do Município como pólo nacional de produção energética.

Em observância ao Art. 16 do Plano Diretor de Macaé, uma das ações estratégicas das políticas públicas para o Desenvolvimento Econômico é de exercer ativamente sua função de pólo de desenvolvimento regional.

A posição atual do Município como principal pólo petrolífero brasileiro gera uma demanda para a disposição final e tratamento de resíduos industriais. Sendo assim, a proximidade de uma central de tratamento de resíduos industriais irá viabilizar o transporte de resíduos, além de diminuir o raio de influência dos riscos acidentais decorrente do percurso.

Dentre as políticas públicas voltadas para a Indústria, Comércio e Serviços, ressalta-se o interesse em estimular a integração da economia e seus sistemas produtivos locais com as demandas da indústria petrolífera, a fim de consolidar o Município como pólo regional de aglomeração de serviços, comércio e indústria.

Desta forma a implantação do projeto irá contribuir também para o desenvolvimento econômico e social vinculados às atividades petrolíferas gerando a abertura de novos postos de trabalho e o aumento da arrecadação municipal.

São ações estratégicas das políticas públicas para os Resíduos Sólidos:

I - reservar áreas próximas à destinada ao novo aterro sanitário para servirem como faixas de amortecimento e criar áreas para disposição transitória, de resíduos inertes de construção civil, também com sua respectiva faixa de amortecimento;

II - estimular e fiscalizar as empresas geradoras de resíduos industriais a adotarem procedimentos técnicos, administrativos e operacionais destinados ao cumprimento da legislação vigente quanto à sua coleta, armazenamento, pré-tratamento e destinação final de resíduos;

III - implantar através do Sistema Municipal de Gestão de Resíduos, coleta seletiva e reciclagem, estimulando a parceria com as cooperativas de catadores, associações de moradores, condomínios, organizações não governamentais, escolas e organizações religiosas e pontos de entrega voluntária de resíduos recicláveis;

IV - promover o controle dos processos de geração de resíduos nocivos e fomentar a busca de alternativas com menor grau de nocividade;

V - implantar cadastramento ambiental das atividades e empresas manipuladoras de insumos, potencialmente poluidoras e geradoras de resíduos, nas suas diferentes categorias;

VI - realizar estudos técnicos objetivando a exploração de gás do aterro controlado de Cabiúnas (atualmente encerrado) e do novo aterro sanitário atualmente em operação;

VII – criar mecanismos para recuperação de crédito de carbono e incorporação deste ao fundo ambiental municipal.

A área de abrangência proposta para o empreendimento é considerada como zona rural (**Anexo 4.1**) e está inserida na Macrozona de Ambiente Natural do município de Macaé.

Nesta macrozona são determinadas duas macroáreas: Macroárea de Preservação Ambiental e Macroárea de Uso Sustentável, conforme mapa na Figura 4.3.1

Com relação à Macroárea de Preservação Ambiental, foi delimitada em grande parte do município e apresenta as peculiaridades a seguir transcrito:

“Art. 123 - A Macroárea de Preservação Ambiental compreende as áreas caracterizadas pela predominância de paisagens naturais pouco alteradas, com presença de elementos ambientais passíveis de preservação, incluindo as áreas de produção agropecuária.”

Dentre os objetivos das políticas públicas para esta macroárea, destaca-se compatibilizar a conservação da natureza ao uso sustentável dos recursos naturais no desenvolvimento das atividades econômicas.

No entanto, dentro da Macro-área de Preservação Ambiental estão contidas (ou integradas) áreas de Uso Sustentável sujeitas a normas e instrumentos de ordenamento territorial, parcelamento, uso e ocupação do solo, compatíveis à preservação ambiental.

O Plano Diretor menciona, em seu Art.125, que na Macroárea de Preservação Ambiental, será elaborado, prioritariamente, o Zoneamento Ambiental, sem prejuízo da utilização de outros instrumentos previstos na legislação ambiental.

Os Planos Regionais dirigidos a esta Macroárea deverão considerar a análise dos principais aspectos de natureza físico-territorial, ambiental, socioeconômica e relativos ao desempenho das funções urbanas, constituindo, desta forma, o principal instrumento de planejamento urbano e ambiental das sedes distritais, núcleos isolados e localidades da Macro-área de Uso Sustentável. Cabe aos Planos Regionais prover, dentre outros, programas e projetos voltados ao atendimento dos núcleos urbanos por saneamento ambiental.

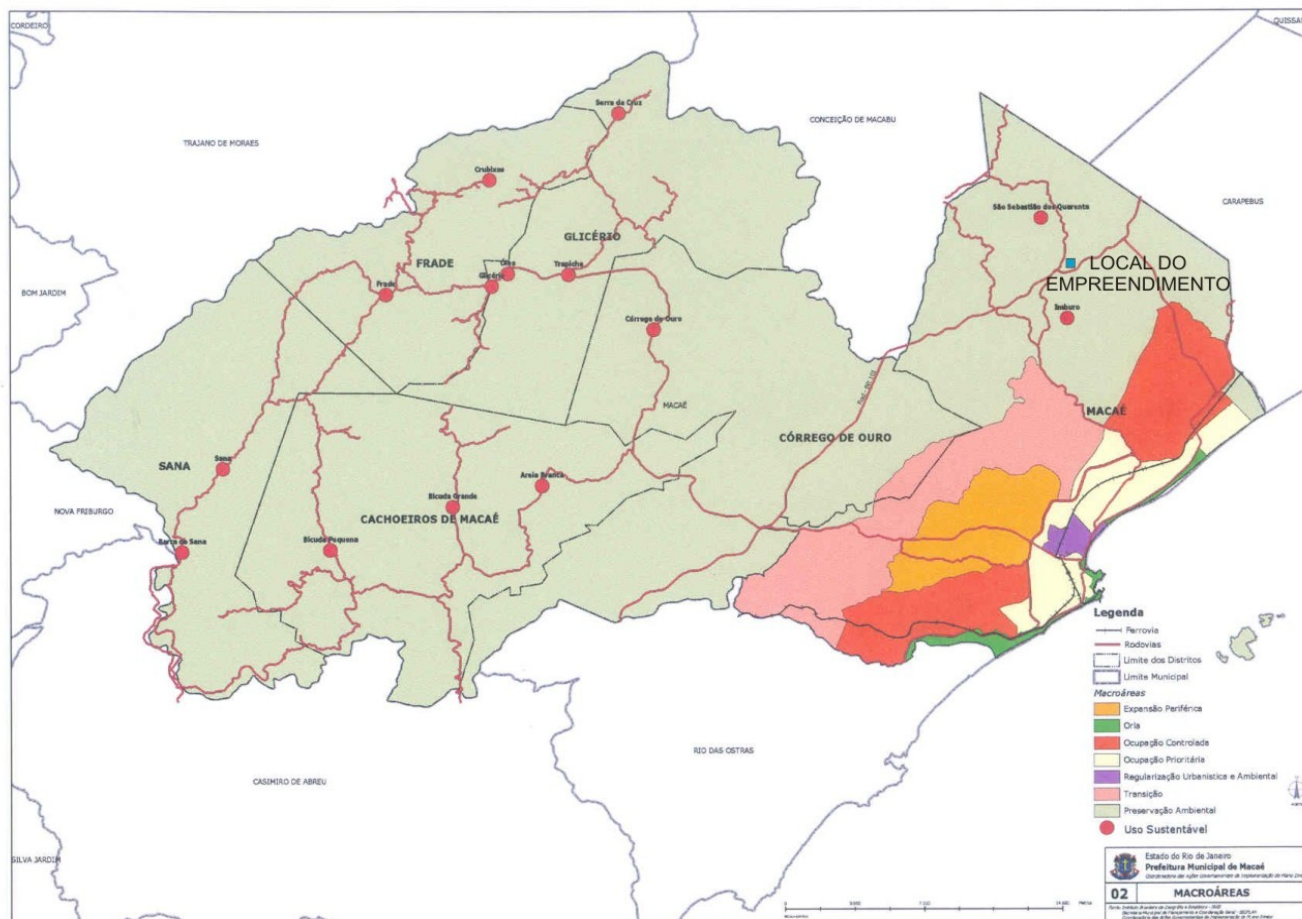


Figura 4-1 - Mapa de Zoneamento do Município.

4.5 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

Para o levantamento das possíveis unidades de conservação existentes na área de influência indireta do empreendimento, consultou-se o *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, da Fundação CIDE (Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro), da Fundação Instituto Estadual de Florestas – IEF (atualmente INEA), da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA (atualmente INEA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. A descrição das Unidades de Conservação – UCs - presentes na AI do empreendimento encontra-se no **item 5.3.1.2**.

Cabe destacar que o local de interesse para a implantação do empreendimento não apresenta em seu entorno nenhuma UC num raio menor que 10 km, não afetando diretamente a biota das UCs. Considerou-se a Resolução CONAMA nº013/1990, que dispõe sobre normas referentes às atividades desenvolvidas no entorno das Unidades de Conservação, e o disposto na Lei 9.985/ 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação –SNUC.

Tais subsídios relacionam as unidades de conservação por município e por categoria (reservas biológicas, áreas de proteção ambiental,

parques, etc.), além de indicarem a competência da administração, isto é, indica se a unidade de conservação é federal, estadual ou municipal.

ANEXOS

Anexo 4.1 - Certidão de Zoneamento



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que a área de 17,47 alqueires geométricos entre a Rodovia BR - 101 e antiga Estrada para Conceição, junto a Fazenda São Sebastião dos Quarenta - Barreto e Pindovas, Macaé/RJ., está situada na Zona Rural (ZR), conforme Lei Complementar nº 045/2004.

Macaé, 04 de junho de 2007.


José Tadeu Campos
Secretário Municipal de Obras e Urbanismo
Prefeitura Municipal de Macaé